

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.157 - SE (2015/0010215-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : MARIA JOSÉ LIMA DE ANDRADE  
ADVOGADO : PAULO CALUMBY BARRETTO E OUTRO(S) - SE002417  
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535 DO CPC/1973 E 2o. DA LEI 8.629/93. AUSÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. PROVIMENTO PARCIAL DOS PRIMEIROS ACLARATÓRIOS QUE AFASTOU QUALQUER VÍCIO. A REFORMA DO JULGADO EM RELAÇÃO À NULIDADE POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA CO-PROPRIETÁRIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO INCRA DEMANDA O REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS, VEDADO, EM PRINCÍPIO, NESTA SEARA RECURSAL ESPECIAL. PARECER DO MPF PELA NEGATIVA DE SEGUIMENTO. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR NÃO CONHECIDO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA JOSÉ LIMA DE ALMEIDA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1.988, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da Quinta Região assim ementado:

*Administrativo. Avaliação de imóvel pelo INCRA. Procedimento administrativo. Notificação de um dos cônjuges que atenda à finalidade do processo. Precedente do Supremo Tribunal Federal. Laudo que demonstra a baixa produtividade do imóvel. Provimento do apelo do INCRA e da remessa oficial. Improvimento da apelação da autora (fls. 748).*

2. Houve oposição de Aclaratórios, por duas vezes, sendo o segundo desprovido (fls. e 783), porém ao primeiro, se deu parcial provimento:

*Processual Civil. Desapropriação para fins de reforma agrária. Notificação do co-proprietário para o procedimento administrativo, no qual chegou a impugnar o laudo de vistoria. alteração de área vistoriada que não influi na consideração de baixa produtividade do imóvel. Provimento parcial dos embargos de declaração (fls. 766).*

3. No presente Recurso Especial, a recorrente alega que o acórdão regional violou os arts. 535 do CPC/1973 e 2o. da Lei n. 8.629/1993, porquanto a Corte Regional, além de deixar de apreciar o pedido de necessidade de realização de prova pericial para demonstrar a produtividade do imóvel em questão, entendeu válida a imprescindível notificação administrativa prévia, apenas na pessoa de um dos co-proprietários, mesmo sendo eles divorciados.

4. Apresentadas as contrarrazões (fls. 844/852), sobreveio o juízo de admissibilidade positivo da instância de origem (fls. 1.663/1.664, e-STJ).

5. O douto Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do Recurso Especial, dada a incidência da Súmula 7/STJ.

6. É o relatório.

7. De início, não ocorre a alegada nulidade do acórdão por violação ao art. 535 do CPC/1973, porquanto o Tribunal de origem apreciou as questões que lhe foram trazidas de maneira clara e fundamentada, com elementos constantes nos autos.

8. Além disso, a parte recorrente não expôs qual seria a deficiência do acórdão a ser suprida, limitando-se a alegações genéricas de ocorrência de omissão, pelo que, nesse ponto, é inadmissível sua insurgência, sendo aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 284/STF, segundo a qual *é inadmissível o Recurso Extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*. Nesse sentido, é a jurisprudência do STJ:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ICMS. INCENTIVO FISCAL. AUSÊNCIA DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO CONFAZ. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. APROVEITAMENTO DE CRÉDITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTO GENÉRICO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ANÁLISE DE NULIDADE DA*

*CDA. SÚMULA 7/STJ. QUESTÃO RESOLVIDA SOB ENFOQUE CONSTITUCIONAL.*

1. *A alegada ofensa ao art. 535 do CPC foi apresentada de forma genérica pela parte recorrente, tendo em vista que não demonstrou, de maneira clara e específica, a ocorrência de omissão no julgado, atraindo, assim, o enunciado da Súmula 284 da Suprema Corte.*

*(...).*

6. *A instância ordinária, ao vedar o aproveitamento integral do ICMS relativo às aquisições de mercadorias, cujas saídas ocorreram com base de cálculo reduzido, proveniente de benefícios fiscais concedidos por outra unidade da federação e não previsto em convênios celebrados entre os Estados, baseou seu entendimento em fundamento constitucional - art. 155, § 2º, XII, g, da CF.*

7. *Nesse contexto, eventual contrariedade, caso existente, ocorreria apenas no plano constitucional, de modo que se configura inviável a rediscussão da matéria pelo STJ, no recurso especial.*

8. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.539.743/MG, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.10.2015).*

**2 2 2**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. OMISSÃO DO JULGADO ESTADUAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INÉPCIA DA INICIAL E JULGAMENTO EXTRA PETITA AFASTADOS. ERROR IN PROCEDENDO. FUNDAMENTO INATACADO.**

1. *É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.084.998/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; AgRg no REsp 702.802/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e REsp 972.559/RS, Rel. Ministro Arnaldo*

*Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.*

2. *O Tribunal de origem deu a correta aplicação ao art. 282 do CPC, ao considerar cumpridos os requisitos da petição inicial, não vislumbrando a alegada inépcia da inicial uma vez que os autores narram na inicial (fls. 02/05) que estavam em exercício fático da função de técnico em radiologia, apesar de contratados para função diversa, requerendo indenização pecuniária.*

*(...).*

5. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 533.421/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 13.3.2015).*

9. Além disso, houve o provimento parcial dos primeiros Aclaratórios, onde a egrégia Corte Regional enfrentou, mesmo contrariamente ao interesse da parte recorrente, a questão acerca do resultado do laudo administrativo, analisando inclusive, que houve apresentação de defesa administrativa pelo co-proprietário, bem como que a discussão efetiva do valor deve ser feita nos autos da ação expropriatória e não na presente declaratória.

10. Alega a parte recorrente que o acórdão teria violado o § 2o. do art. 2o. da Lei n. 8.629/1993, uma vez que a parte recorrente não foi notificada previamente, na condição de co-proprietária, acerca da data de realização da vistoria do INCRA o que lhe teria causado prejuízo, levando pois, à nulidade do procedimento administrativo.

11. No entanto, verifica-se das razões do Recurso Especial que a parte recorrente aponta ofensa à legislação federal, sem contudo explicitar em que medida referido dispositivo teria sido violado, pois a Corte de origem determinou a validade da notificação de apenas um dos co-proprietários, divorciados entre si, apoiado em precedente específico do excelso STF, cuja ementa segue:

*MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. PROPRIETÁRIOS DIVORCIADOS. VISTORIA. PROPRIEDADE IMPRODUTIVA. Não é nulo o procedimento administrativo quando o INCRA se baseia em documento público para notificar previamente a vistoria a ser*

*realizada no imóvel. Tal procedimento administrativo não se confunde com o disposto no inciso I, do art. 10, do CPC que determina a citação de ambos os cônjuges nas ações que tratem de direitos reais imobiliários. Não restou descumprida qualquer ordem judicial. Segurança denegada (MS 24375/DF, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJ 17.9.2004).*

12. Ora, para a reforma do julgado é imprescindível que haja o revolvimento fático-probatório dos autos, providência vedada, em princípio, nesta seara recursal especial.

13. Nesse mesmo sentido, foi a brilhante manifestação Ministerial, assim ementada:

*DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE - DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA REFORMA AGRÁRIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284, STF. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. SÚMULA 07, STJ. PARECER PELO NÃO SEGUIMENTO DO RECURSO (fls. 874).*

14. Ante o exposto não se conhece do Recurso Especial do Particular.

15. Publique-se.

16. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**MINISTRO RELATOR**